



AS POPULAÇÕES INDÍGENAS E A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA NAS AULAS DE HISTÓRIA

Fredson Pedro Martins¹

Resumo

O presente trabalho objetiva pensar um grupo de agentes históricos comumente marginalizados nas aulas de Ensino Médio sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil: os povos indígenas. Tendo como suporte pedagógico um conjunto documental relacionado à criação do Relatório Figueiredo e do desenvolvimento da Guarda Rural Indígena (GRIN), ambos feitos durante a Ditadura, procuramos trabalhar com os estudantes do terceiro ano do Ensino Médio as formas como o projeto de “integração nacional”, proposto pelo Regime Civil-Militar, tratou de distintos modos às populações nativas.

Palavras-Chave: Ditadura Civil-Militar no Brasil. Ensino de História. Lei 11.645/2008. Povos Indígenas. História Indígena.

Introdução

No dia 21 de abril de 2014 completava-se 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Proliferaram congressos, seminários, palestras e eventos de norte a sul do país para debater a questão. Historiadores, sociólogos e outros acadêmicos preocuparam-se em discutir as formas como os grupos de esquerda lutaram contra a Ditadura no Araguaia e nos centros urbanos; foi pensada a forma como empresários e militares tinham desenvolvido projetos econômicos e sociais em conjunto; refletiram sobre as formas pelas quais a arte engajada se colocou no combate a opressão exercida no período; nomes famosos como Marighela, Jango e Fleury tomaram conta das mesas de debate em diversas universidades e centros de estudo. Entretanto, apesar da riqueza de temáticas estudadas, um grupo de sujeitos foi praticamente marginalizado e silenciado pelos eventos promovidos no ano passado: os povos

¹ Professor da rede privada e pública de ensino no Estado de São Paulo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo. E-mail: pedro.fredson@gmail.com

indígenas². Afinal de contas, teriam os índios deixados de existir durante a Ditadura Civil-Militar? Por meio da apresentação de uma proposta didática, desenvolvida com alunos de Ensino Médio de um colégio privado de São Paulo, tentaremos responder este questionamento mais adiante.

A ausência de estudos sobre as populações indígenas nos grandes eventos acadêmicos se reflete diretamente nas produções de material pedagógico sobre o período. Apesar da criação da Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura indígena nas escolas, grande parte dos livros didáticos e paradidáticos ainda carrega consigo uma visão estereotipada dos grupos nativos brasileiros, sendo constantemente matizados como sujeitos a-históricos – hora como simples componentes sociais que haviam sido conquistados pelo superior modelo europeu, hora como objetos das fantasiosas aventuras missionárias e expedicionárias dos colonizadores, ou ainda como sujeitos responsáveis por ações selvagens e atos desumanos, que aterrorizavam o projeto civilizatório cristão.

Em uma análise feita por Maria de Fátima Barbosa³, no ano de 2012, das coletâneas didáticas de História aprovadas pelo PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que no total foram 16, apenas 25% traziam nos seus conteúdos uma visão crítica-reflexiva com relação à história das populações nativas do Brasil. Ou seja, apenas quatro coleções não eram compostas por uma abordagem meramente “informativa” e procuravam desenvolver junto aos alunos uma visão em que os grupos nativos apareciam em diversos momentos da história e eram colocados como sujeitos capazes de conduzir suas lutas e experiências, valorizando seus elementos culturais e identitários. Apesar da pobreza de material didático que trate de modo amplo a história dos povos indígenas no Brasil, cabe destacar que nos últimos anos passou-se a ter um movimento concreto e mais abrangente para uma inserção de novos elementos para o ensino da história indígena no país, sendo inclusive acompanhado de programas de formação de professores⁴, visando à promoção de

² Alguns exemplos de eventos ocorridos pela ocasião dos 50 anos do Golpe: UNIFESP - <http://www2.unifesp.br/comissaodaverdade/news/seminario-1964-50-anos-depois-no-sesc-sp>, acessado em Mar./2014; UFRGS - <http://www.ufrgs.br/caar/?p=13885>, acessado em Out./2014; UFMT - <http://www.ufmt.br/ufmt/site/noticia/visualizar/15620/VarzeaGrande>, acessado em Mai./2014; UFC - <http://www.ufc.br/noticias/noticias-de-2014/4885-evento-do-departamento-de-ciencias-sociais-relembra-e-discute-golpe-de-1964>, Fev./2014; UFBA - <http://www.comissaodaverdade.ufba.br/node/18>, Fev./2014; PUCSP - <http://www.pucsp.br/evento/50-anos-do-golpe-militar-brasileiro>, Ago./2014.

³ SILVA, Maria de Fátima B. *Livro didático de História: representações do 'índio' e contribuições para a alteridade*. *Revista História Hoje*, V. 1, N° 2, pp. 151-168, 2012.

⁴ Maiores informações sobre as transformações ocorridas na formação de professores nos últimos anos podem ser encontradas em: GRUPIONE, Luís Donizete Benzi. *Olhar longe, porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 2008.

um sistema de ensino capaz de garantir e reconhecer a legalidade de experiências de educação tidas como alternativas.

A importância de notar e apontar essas representações dos povos indígenas nos livros didáticos também decorre do fato de que em boa parte das casas brasileiras esse material acaba por ser a única ferramenta letrada na construção das identidades sociais e familiares, servindo, no caso positivo, como mecanismo desenvolvedor de uma cultura da tolerância e do respeito ao diferente, ou, no caso negativo, trabalhando para fortalecer estereótipos já estabelecidos. Faz-se necessário frisar que adolescentes e crianças, na fase escolar, estão em um momento (e em um espaço) de transformação cognitiva, onde os discursos textuais adquirem um notado papel no desenvolvimento das suas capacidades de elaboração crítica-reflexiva.

Diante desta exposição preliminar, apresentamos a seguir uma experiência didática realizada no ano de 2014 no Colégio Paradigma⁵, que faz parte da rede privada de ensino de São Paulo. O projeto pedagógico buscou ir na contramão do silenciamento provocado pelos grandes eventos acadêmicos que procuraram rememorar os 50 anos de Ditadura Civil-Militar, desconstruindo modelos estereotipados acerca dos povos indígenas e estudando-os neste momento muito particular da história brasileira, além de problematizar as condições de sobrevivência destes sujeitos no mundo contemporâneo.

Breves apontamentos sobre a estrutura escolar e corpo docente

O Colégio Paradigma se localiza o sul da zona sul de São Paulo, no bairro do Jardim Monte Azul, em uma área residencial, cercado por moradias de classe média alta, ficando há dez minutos (para aqueles que fazem o trajeto a pé) de um terminal de ônibus (Terminal João Dias) de uma estação de metrô (Estação Giovanni Gronchi). Suas atividades escolares acontecem nos períodos da manhã (as aulas se iniciam às 07hs15min e se encerram às 12hs35min) e da tarde (as aulas se iniciam às 12hs45min e se encerram às 17hs15min). Durante o turno matutino o colégio conta com três diferentes níveis educacionais: Fundamental I (Educação Infantil), Fundamental II (com cinco aulas diárias) e Ensino Médio (com seis aulas diárias). Por sua vez, o período vespertino acolhe apenas turmas de Fundamental I e II.

A escola conta com, aproximadamente, 500 alunos matriculados nos três níveis de ensino. Em sua grande maioria, as famílias dos estudantes são de classe média e classe média alta, dispondo de recursos financeiros necessários para a

⁵ Maiores informações sobre a estrutura do colégio podem ser encontradas em seu site: <http://colegioparadigma.com.br>, acessado em Abr./2015.

manutenção dos filhos no colégio e para o pagamento de cursos extracurriculares. Faz-se importante observar que a instituição de ensino conta com alguns alunos bolsistas, mas não possui uma política pré-estabelecida para a distribuição de bolsas de estudo.

No que se refere à estrutura escolar, o colégio conta com uma biblioteca, uma sala de informática, duas quadras esportivas, uma sala de recreação infantil, uma sala de vídeo, uma cantina terceirizada e 18 salas de aula. Além disto, são disponibilizados projetores e outros materiais para uso dos professores quando necessário.

O corpo docente da escola é composto por um quadro profissional com variadas experiências, sendo os professores provenientes de diferentes universidades (USP, Mackenzie, PUC, UERJ, Uniban, Unisa e outras) e possuidores de idades distintas. O mais novo dos profissionais possui três anos de magistério, enquanto outros já estão chegando aos 25 anos de experiência no sistema de ensino. Essa mescla de experiências educacionais possibilita uma troca de saberes entre os profissionais, que buscam interligar as diferentes disciplinas nas aulas. Vale notar, entretanto, que sempre existe a resistência por parte de alguns, que se isolam nas suas matérias, como se estas fossem, por si só, suficiente aos estudantes.

Dentro do projeto político-pedagógico da escola existe uma ampla flexibilidade para que os professores de história trabalhem temáticas que não constem no livro didático selecionado ou que estejam fora dos circuitos temáticos tradicionalmente estabelecidos. No que tange a distribuição curricular, as turmas de Ensino Médio têm seis aulas diárias, cinco vezes por semana. Sendo que das 30 aulas semanais, duas são dedicadas à disciplina de história.

Cabe ressaltar que os docentes contam com uma equipe de três coordenadores pedagógicos que auxiliam no processo de agendamento de visitas a museus, exposições e teatros. Os coordenadores pedagógicos também são essenciais para a mediação de conflitos e para a manutenção do diálogo com os pais e responsáveis.

Seqüência de Atividades: conteúdos gerais do bimestre

A proposta didática sobre o estudo das populações nativas durante a Ditadura Civil-Militar que apresentaremos aqui foi inserida junto às turmas de 3º ano do Ensino Médio, nas aulas de história do terceiro bimestre do ano letivo, cujo título era: "O Mundo Bipolarizado".

Foram planejadas um total de 18 aulas para o bimestre, sendo cada uma delas com duração de 45 minutos e acontecendo duas vezes por semana. Desse modo, o plano de curso para o bimestre ficou dividido da seguinte maneira:

| Tema Bimestral: Mundo Bipolarizado Conteúdos trabalhados | Quantidade de aulas |
|---|---------------------|
| Guerra Fria | 4 aulas |
| Governos Populistas | 4 aulas |
| Experiências de esquerda na América Latina | 4 aulas |
| Ditadura Civil-Militar no Brasil | 6 aulas |
| Avaliação | 2 aulas |
| Quantidade de aulas do bimestre | 18 aulas |

Tendo como um dos suportes pedagógicos o livro didático *“História: das cavernas ao terceiro milênio”*⁶ da Editora Moderna, volume único, e cuja autoria é de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, as aulas sobre o período da Ditadura Civil-Militar foram desmembradas em quatro momentos, sendo eles: 1) Panorama do Regime Militar; 2) Repressão e Resistências em tempos de Ditadura; 3) Indígenas e Militares; e 4) Avaliação⁷.

No primeiro momento foi realizada uma aula dialogada-expositiva, na qual utilizamos um resumo em Power Point e elementos do livro didático. Elaborou-se uma periodização do Regime Militar e estabeleceu-se um panorama geral sobre o contexto de produção do Golpe, com destaque para a questão da “segurança nacional” e a bipolarização do mundo entre comunistas e capitalistas provocada pela Guerra Fria. Os alunos tiveram oportunidade de entrar em contato com fragmentos do livro “Feliz ano velho” de Marcelo Rubens Paiva⁸, no qual o autor apresenta uma série de memórias de infância sobre eventos familiares ligadas à Ditadura. Também

⁶ BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Volume único. São Paulo, Ed. Moderna, 2012.

⁷ A avaliação levou em consideração os seguintes itens: 1) qualidade dos painéis elaborados; 2) domínio do conteúdo durante a apresentação dos painéis; 3) trabalho em equipe; e 4) participação nas aulas. Vale ressaltar que esta foi uma avaliação pontual dentro do bimestre. Além da avaliação dos painéis elaborados pelos alunos, foi realizada uma avaliação contínua e uma avaliação bimestral, ambas em modelos semelhantes ao da prova do Exame Nacional do Ensino Médio. Estas duas avaliações se encontram inseridas dentro do calendário anual da escola, ocorrendo, muitas vezes, em horários que são diferentes daqueles em que ocorrem as aulas de história.

⁸ Os fragmentos do livro de Marcelo Rubens Paiva estão disponibilizados no livro didático adotado pela escola. BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Volume único. São Paulo, Ed. Moderna, 2012. pp. 545.

foi estabelecida uma linhagem cronológica dos cinco presidentes militares e oferecidos alguns aspectos das divisões internas entre os membros do chamado “Grupo da Sorbonne” e da “Linha Dura”.

Em um segundo momento de trabalho, foram discutidos aspectos ligados às práticas de censura e repressão nos anos de Ditadura. Os alunos tiveram a oportunidade de refletir sobre a Operação Bandeirantes e o papel do DOI-Codi⁹. Assistiram a um trecho do filme “Batismo de Sangue”¹⁰, no qual aparecem cenas de tortura realizadas contra padres da Ordem Dominicana que eram ligados à Ação Libertadora Nacional, e realizaram atividade de análise documental, onde lhes foi apresentado o “Decálogo de Segurança” produzido e distribuído pelo Serviço Nacional de Inteligência com alguns questionamentos para reflexão¹¹. Por fim, foram apresentados, de modo sistemático, alguns aspectos de diferentes movimentos de resistência durante Ditadura Civil-Militar, como a VAR-Palmares, o MR-8, a VPR e a Ação Popular, visando à construção de uma percepção de que durante o período vários grupos de resistência se colocaram contra o governo.

O terceiro momento das aulas procurou pensar a problemática das relações estabelecidas entre as populações indígenas e a Ditadura Civil-Militar, através da análise do caso da Guarda Rural Indígena de Minas Gerais (GRIN) e de alguns apontamentos presentes no “Relatório Figueiredo”. Sobre estes dois pontos, dedicaremos aqui uma maior atenção.

Sequência de Atividades: A Guarda Rural Indígena e o Relatório Figueiredo

Produzido em 1968, por Jader de Figueiredo Correia, então procurador do Ministério do Interior, o “Relatório Figueiredo”¹² visava apurar uma série de denúncias contra membros do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), uma vez que estes realizavam inúmeras violações contra os direitos indígenas.

⁹ É importante frisar que no ano anterior, 2013, esta mesma turma teve a oportunidade de fazer visita monitorada ao Memorial da Resistência. A visita foi realizada por meio de um trabalho interdisciplinar elaborado pelos professores de história e sociologia. Ou seja, os estudantes já tinham uma certa familiaridade sobre a problemática da repressão nos tempos de Ditadura Militar. Maiores informações sobre o Memorial da Resistência podem ser encontradas em: <http://www.memorialdarestenciap.org.br/memorial/>, acessado em 20/04/2015.

¹⁰ BATISMO de Sangue. Direção: Hέλvecio Ratton. Brasil, 2007. Cor. 110 min.

¹¹ O “Decálogo de Segurança” e as atividades estão disponibilizados no livro didático adotado pela escola. BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Volume único. São Paulo, Ed. Moderna, 2012. pp. 553.

¹² O relatório pode ser baixado integralmente em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=relat%C3%B3rio%20figueiredo>, acessado em 10/08/2014.

Algumas das apurações presentes no Relatório são extremamente chocantes, pois apresentam um elevado grau de brutalidade contra os povos indígenas, tais como o “massacre do paralelo 11”, em que dinamites foram lançados de um pequeno avião sobre a aldeia de índios Cinta Larga, fazendo com que trinta índios fossem mortos de uma única vez, restando apenas dois membros da aldeia para contar o ocorrido. Outros exemplos incluem o envenenamento de centenas de índios com açúcar misturado com arsênico e métodos severos de tortura, como o esmagamento lento dos tornozelos das vítimas com um instrumento conhecido como o “tronco”.

Durante muito tempo acreditou-se que o “Relatório Figueiredo” havia sido perdido em um incêndio ocorrido no extinto Ministério do Interior, há mais de 40 anos, tendo sido recentemente encontrado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, por membros do grupo Tortura Nunca Mais.

De acordo com algumas informações do grupo Tortura Nunca Mais, o relatório teria sido passado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ao Museu do Índio em 2008. Colocado em várias caixas de arquivo e misturado com outros documentos, não estava catalogado, de forma que, durante décadas, os servidores dos dois órgãos indigenistas não se deram conta de que o que parecia um processo qualquer, era um importante documento produzido por órgãos estatais do governo federal, que retratava inúmeras violações dos direitos indígenas¹³.

Tendo em vista as informações acima citadas, foi elaborada uma apresentação em Power Point para a turma, exibindo a conjuntura de elaboração do Relatório Figueiredo, uma vez que não existem materiais didáticos que tratem sobre a questão. Na apresentação foram inseridos trechos do Relatório disponibilizados em jornais como O Diário de Minas¹⁴, na Revista IstoÉ e fragmentos da entrevista concedida por seu filho, Jader de Figueiredo Correia Junior, ao Jornal EBC. O objetivo de deixar com que os alunos tivessem um contato direto com as fontes oferecidas foi o de que eles pudessem desenvolver suas próprias percepções interpretativas acerca das práticas de tortura contra os povos indígenas.

Abaixo, temos alguns dos trechos e imagens selecionadas para as aulas:

¹³Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/relatorio-que-denuncia-violencia-contraindigenas-no-periodo-militar-sera>, acessado em 20/04/2015.

¹⁴Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=relat%C3%B3rio%20figueiredo>, acessado em 10/08/2014.



Figura 1: Técnicas de totura contras indígenas¹⁵

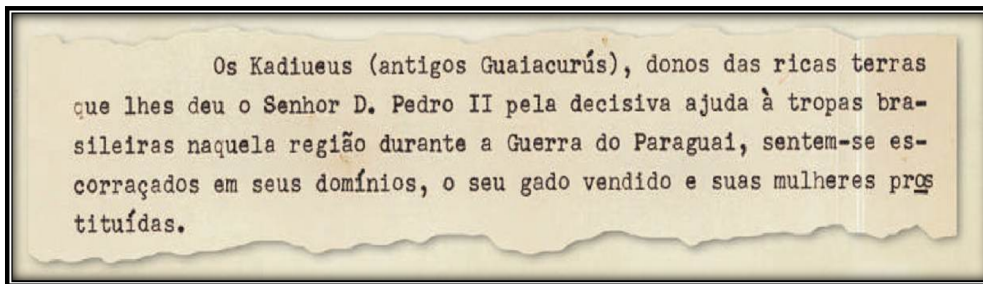


Figura 2: Trecho do Relatório Figueiredo¹⁶



Figura 3: Trecho do Relatório Figueiredo¹⁷

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

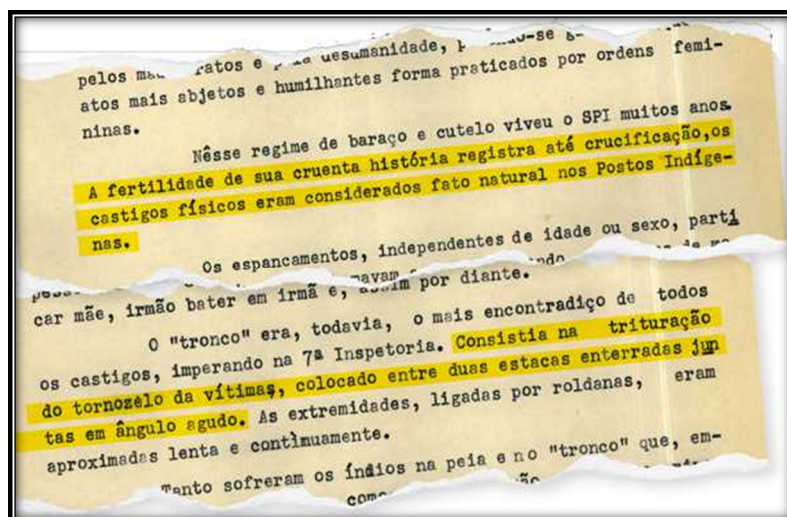


Figura 4: Trecho do Relatório Figueiredo¹⁸

"Meu pai contava ter chegado a aldeias e encontrado toda a comunidade morta por envenenamento, pelo contato [com os não índios] ou por outros meios."
"Lembro de ele contar que em uma aldeia o grupo encontrou uma índia amarrada a duas árvores pelos pés, de cabeça para baixo e cortada a facão."
Jader Figueiredo Jr.

Figura 5: Trecho do depoimento de Jader Figueiredo Junior¹⁹



¹⁸

Disponível

em

http://www.istoe.com.br/reportagens/294080_A+VERDADE+Sobre+A+TORTURA+DOS+INDIOS,
acessado em 10/08/2014.

¹⁹ Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/04/relatorio-que-denuncia-violencia-contra-indigenas-no-periodo-militar-sera>, acessado em 20/04/2015.

Figura 6: Atrocidades contra a tribo Cinta Larga foram expostas no “Relatório Figueiredo”. Depois de atirar na cabeça de seu bebê, os assassinos cortaram a mãe no meio.²⁰

Passemos agora a pensar a problemática da Guarda Rural Indígena (GRIN).

No ano de 1966, dois anos após o Golpe Militar, foi designado para a coordenação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) de Minas Gerais o capitão Manuel dos Santos Pinheiro, que era ligado ao Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e ao Serviço Reservado da Polícia Militar de Minas Gerais.

Uma das principais preocupações de Manuel Pinheiro foi colocar “ordem” nas disputas por território estabelecidas entre fazendeiros e indígenas da etnia Maxakalí no nordeste de Minas Gerais. Como solução para o problema, o Serviço de Proteção ao Índio criou em 1969 a Guarda Rural Indígena (GRIN), que tinha como objetivo manter a ordem interna nas aldeias, coibir deslocamentos indígenas sem autorização, forçar a prática do trabalho aos indígenas “desocupados” e denunciar sujeitos infratores ao Destacamento da Polícia Militar mais próximo²¹, sendo composta por indígenas de diferentes etnias, para os quais, inclusive, foram ensinadas técnicas de tortura utilizadas pelos militares.

Com a criação e atuação da GRIN, Manuel Pinheiro conseguiu desarticular a luta dos Maxakalí contra os fazendeiros, dado o fato de que os índios que não se adequavam as normas impostas pela GRIN (que era, como já foi dito, interligada a Polícia Militar de Minas Gerais) eram presos e/ou enviados a Colônia de Recuperação de Índios Delinquentes das terras Krenak.

A atuação da GRIN e a imposição de um modelo de civilidade e ordem idealizado pelo Regime Militar brasileiro em terras indígenas foram responsáveis pelo surgimento de inúmeros conflitos entre lideranças antigas e os guardas, uma vez que existiam entre ambas diferentes visões de justiça e punição, dado o fato de que os modelos tradicionais de organização das comunidades nativas se fazia incompatível com uma estrutura de poder e controle imposta de fora.

Do mesmo como foi realizado com a questão do Relatório Figueiredo, elaboramos uma apresentação em Power Point com a historicidade da GRIN e lhes

²⁰ Disponível em <http://www.survivalinternational.org/ultimas-noticias/9197>, acessado em 10/08/2014. A imagem também se encontra nos Autos do Processo, anexo do Relatório Figueiredo, podendo ser obtida em <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocIndio&pesq=relat%C3%B3rio%20figueiredo>, acessado em 10/08/2014.

²¹ FREITAS, Ednaldo Bezerra. A Guarda Rural Indígena – GRIN: Aspectos da Militarização da Política Indigenista no Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH. São Paulo, 2001. pp. 2.

foi apresentado uma reportagem produzida pela TV Folha²², que teve como base um documentário feito pelo cinegrafista Jesco Von Puttkamer (1919-1994), que passou mais de 40 anos coletando informações sobre grupos nativos do Brasil.

A exibição do documentário foi bastante enriquecedora para a compreensão da turma sobre o processo de institucionalização das práticas de tortura, uma vez que o vídeo apresenta indígenas utilizando-se de métodos de tortura como o pau de arara e armas de fogo a vista da população civil e de autoridades governamentais. Abaixo, seguem algumas imagens retiradas do vídeo:



Figura 7: Imagem retirada da reportagem produzida pela TV Folha



Figura 7: Imagem retirada da reportagem produzida pela TV Folha

²² Disponível no canal da TV Folha do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=H0s4m1WQNmg>, acessado em 10/08/2014.



Figura 7: Imagem retirada da reportagem produzida pela TV Folha

Por fim, após a discussão em sala sobre os modos como o projeto de integração nacional estabelecido pela Ditadura Civil-Militar atingiu as comunidades nativas, foi solicitado que os alunos se dividissem em pequenos grupos (quatro/cinco pessoas) e confeccionassem um painel, composto por duas ou quatro cartolinas, sobre o tema: *“As populações indígenas hoje”*. O objetivo do trabalho foi fazer com que os alunos pudessem problematizar a situação dos grupos indígenas em tempos atuais, analisando a dinâmica dos grupos nativos na sociedade contemporânea. Dessa forma, foi requerido aos grupos que escolhessem uma etnia indígena brasileira para elaboração do painel, fundamentando-se em uma listagem de povos disponibilizada pelo professor. A escolha dos grupos ficou do seguinte modo: uma equipe escolheu a etnia Krenak, outra os Tupinambá, uma terceira ficou com os Yanomami, o quarto grupo com os Tupi-Guarani e o quinto com os Cinta Larga.

A elaboração do painel deveria levar alguns pontos em consideração durante a sua produção, tais como: a história da etnia; localização geográfica; cosmologia e rituais; se o grupo indígena escolhido tinha Terra Indígena reconhecida; e se ocorriam conflitos entre os índios e não índios (fazendeiros/madeireiros). Para ajudar os estudantes na elaboração dos painéis, o professor deixou como sugestão os sites do Instituto Sócio Ambiental²³, o da Operação Amazônia Nativa²⁴, o do Conselho Indigenista Missionário²⁵ e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)²⁶.

Posteriormente, cada grupo realizou a apresentação de seu painel aos colegas de sala, explicando quais as dificuldades encontradas na realização da atividade e informando os aprendizados construídos.

²³ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br>. Acessado em Ago./2015.

²⁴ Disponível em: <http://www.amazonianativa.org.br/>. Acessado em Ago./2015.

²⁵ Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>. Acessado em Ago./2015.

²⁶ Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acessado em Ago./2015.

Os membros do grupo que desenvolveu o painel sobre os Yanomami relataram a existência de conflitos internos na própria equipe, uma vez que um dos participantes acreditava que as populações indígenas “não tinham utilidade para o Brasil”, pois não aproveitavam o território em que viviam para nenhuma atividade econômica. Segundo relato do grupo, depois de uma conversa entre os membros, o referido aluno adotou uma postura menos radical, reconhecendo o direito dos indígenas de terem um território demarcado e de realizarem a manutenção de sua cultura sem a influência dos não-índios, dado o violento processo de ocupação das terras indígenas feito durante a época colonial.

Outro ponto interessante, observado durante as apresentações dos painéis, foi o fato de que os componentes da equipe que elaborou o painel sobre os Krenak destacaram que a prisão utilizada pela GRIN estava situada em terras desta etnia, tendo sido um ponto de constante conflito entre as autoridades indígenas Krenak e os policiais e membros da GRIN localizados na região. A percepção desta questão por parte do grupo nos faz notar que os estudantes foram capazes de ligar conflitos do presente com as abordagens feitas e com os conteúdos apresentados pelo professor durante o bimestre.

No que se refere à existência de enfrentamentos entre indígenas e não-indígenas, todos os grupos apontaram para a existência destes conflitos atualmente, dando ênfase nas formas pelas quais madeireiros e fazendeiros têm constantemente usurpado parte dos territórios indígenas e salientando que em alguns casos, como entre os Tupi-Guarani e os Krenak, são comuns os assassinatos de lideranças indígenas que se recusam a aceitar as práticas de invasão territorial.

No final das apresentações os cartazes foram socializados com o restante da comunidade escolar, através da fixação destes no pátio. Notamos que a experiência de socialização dos cartazes elaborados pelos alunos mais velhos foi bastante enriquecedora, uma vez que os estudantes das turmas menores apresentaram bastante interesse no material exposto. Foi possível observar também a troca de informações entre estudantes de outras turmas e o despertar de uma primeira curiosidade sobre o tema.

Conclusão

Uma primeira observação que podemos realizar é que a Lei 11.645/2008 trouxe a tona questões sobre o lugar do docente, como sujeito ativamente político na história, mostrando que o currículo escolar se apresenta como espaço de

enfrentamentos sociais, no qual as diferentes concepções de mundo e saberes tido como “verdadeiros” são estabelecidos. Dessa forma, ao se afirmar que a cultura e a memória indígena devem fazer parte do “cânone” educacional, se busca uma valorização dos modos de vida ameríndios. A criação da Lei 11.645/2008 se apresenta como reflexo de intensos processos de lutas sociais, que procuram (re)afirmar que a sociedade brasileira não é simples “papagaio imitador” de modelos organizações vindos de fora, ou seja, que o Brasil e seus diferentes povos são uma construção única, dotada de singularidades histórico-culturais, que fazem surgir uma multiplicidade de manifestações transculturais, sendo os indígenas uma parte importante deste processo.

Entretanto, se faz importante ter em mente que não basta transformar a história indígena em conteúdo disciplinar, é preciso oferecer suporte e ferramentas para que os saberes, a história e a valorização da diversidade socioambiental dos povos nativos sejam abordados de uma forma que respeite a multiplicidade cultural existente em seu interior.

A formação de professores, o fortalecimento da temática dentro das secretarias de educação e a elaboração de subsídios didáticos para a aplicação da Lei 11.645/2008 são importantes, pois através dessa efetivação é que podemos passar a acreditar que novas abordagens pedagógicas vão surgir, quebrando as visões preconceituosas e favorecerão novos olhares sobre a sociedade e a história. Contribuindo, dessa forma, para a construção de cidadãos críticos, que percebem no diálogo e no respeito às oportunidades para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando diferenças socioculturais e o direito a sociodiversidade indígena.

Por fim, cabe apontar que as atividades sobre o Regime Militar no Brasil foram esclarecedoras para a turma, uma vez que este é um assunto que desperta bastante interesse nos alunos devido à proximidade histórica dos fatos. Pensar a problemática indígena, dentro deste contexto maior que foi a Ditadura Civil-Militar, parece ter despertado um novo olhar sobre o projeto de nação desenvolvido pelo militares, uma vez que colocou em pauta sujeitos geralmente marginalizados na construção da memória do período.

O processo de socialização da atividade, por seu turno, além de valorizar o trabalho realizado pela turma, também colaborou na divulgação de informações sobre as comunidades indígenas existentes no Brasil atual, ajudando a quebrar

preconceitos e combater estigmas sociais existentes que ocorrem em vários sujeitos da comunidade escolar.

Acreditamos que um ponto que pode e deve ser melhorado ao trabalharmos esses assuntos em sala de aula é destacar o fato de que os membros da GRIN eram, antes de mais nada, indígenas, ou seja, de algum modo eles se interessaram pela dinâmica estrutural de poder que a criação da GRIN poderia gerar entre as próprias comunidades. Com isso, se tira a noção de que eles foram meras marionetes nas mãos dos militares e destaca-se a questão de que, em determinados momentos, os grupos nativos adaptaram-se as realidades que lhes eram apresentadas de acordo com seus próprios interesses.